

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2016/2017

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR005150/2016
DATA DE REGISTRO NO MTE: 02/12/2016
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR074952/2016
NÚMERO DO PROCESSO: 46212.022886/2016-23
DATA DO PROTOCOLO: 10/11/2016

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO VAREJISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS EM MERCADOS, MINIMERCADOS, SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS DE LONDRINA , CNPJ n. 10.429.036/0001-49, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOEL APARECIDO CAETANO;

E

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 07.306.828/0001-11, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). RAFAEL AUGUSTO CUBA ;

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 07.306.828/0002-00, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). RAFAEL AUGUSTO CUBA ;

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 07.306.828/0003-83, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). RAFAEL AUGUSTO CUBA ;

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 07.306.828/0004-64, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). RAFAEL AUGUSTO CUBA ;

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 07.306.828/0005-45, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). RAFAEL AUGUSTO CUBA ;

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 07.306.828/0006-26, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). RAFAEL AUGUSTO CUBA ;

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 07.306.828/0007-07, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). RAFAEL AUGUSTO CUBA ;

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 07.306.828/0008-98, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). RAFAEL AUGUSTO CUBA ;

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 07.306.828/0009-79, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). RAFAEL AUGUSTO CUBA ;

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 07.306.828/0010-02, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). RAFAEL AUGUSTO CUBA ;

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 07.306.828/0011-93, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). RAFAEL AUGUSTO CUBA ;

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 07.306.828/0012-74, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). RAFAEL AUGUSTO CUBA ;

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 07.306.828/0013-55, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). RAFAEL AUGUSTO CUBA ;

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 07.306.828/0014-36, neste ato representado(a)

por seu Procurador, Sr(a). RAFAEL AUGUSTO CUBA ;

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 07.306.828/0015-17, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). RAFAEL AUGUSTO CUBA ;

PARIS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 77.752.343/0001-37, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). RAFAEL AUGUSTO CUBA ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2016 a 30 de abril de 2017 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **dos empregados no comercio varejista de gêneros alimentícios em mercados, minimercados, supermercados e hipermercados**, com abrangência territorial em **Cambé/PR e Londrina/PR**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL MÍNIMO DE INGRESSO

Ficam assegurados aos integrantes da categoria os seguintes pisos salariais, para uma jornada normal de trabalho de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

a) Ao **Menor Aprendiz** fica assegurada a percepção do salário mínimo federal.

b) Ao empregado admitido como **primeiro emprego**, e para quem trabalha como **Empacotador**, fica assegurado o piso inicial de **R\$951,50** (novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos).

b.1) Após 90 (noventa) dias de serviço na empresa, o valor será de **R\$1.082,40** (um mil e oitenta e dois reais e quarenta centavos).

c) Aos empregados que trabalham nas demais funções fica assegurado o piso salarial de **R\$951,50** (novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos).

c.1) Após 90 (noventa) dias de serviço na empresa, fica assegurado o valor de **R\$1.223,20** (um mil, duzentos e vinte e três reais e vinte centavos).

d) As diferenças salariais decorrentes destes reajustes deverão ser pagas em duas parcelas iguais, juntamente com o salário de setembro/2016, a ser quitado até o quinto dia útil de outubro/2016 e com o salário de outubro/2016, a ser quitado até o quinto dia útil de novembro/2016.

e) O pagamento das diferenças salariais aos empregados, cujo contrato de trabalho já se encontra rescindido, deverá ser realizado em uma única parcela até o 5º (quinto) dia útil do mês de outubro/2016.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Todos os empregados integrantes da categoria abrangida por este Acordo Coletivo de Trabalho que percebem salário superior ao piso salarial terão os salários fixos, ou parte fixa dos salários mistos, reajustados a partir de 1º (primeiro) de maio de 2016, mediante a aplicação do percentual de **10% (dez por cento)** sobre os salários vigentes em 1º (primeiro) de maio de 2015.

PARÁGRAFO ÚNICO - Aos empregados que percebam salário superior ao piso e que foram admitidos após 1º (primeiro) de maio de 2015, será garantido o reajuste estabelecido no *caput*, proporcionalmente ao tempo de serviço para o mesmo empregador, à razão de 1/12 por mês ou fração superior a 15 (quinze) dias de serviço.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA QUINTA - COMPENSAÇÃO

No reajuste previsto na “cláusula quarta”, poderão ser compensados todos os aumentos, antecipações e abonos, espontâneos ou compulsórios, concedidos pela empresa durante o período de 7 (sete) de julho de 2015 até a data do registro da presente no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho, salvo nos casos decorrentes de promoção, transferência, implemento de idade, equiparação e término de aprendizagem.

CLÁUSULA SEXTA - COMISSIONISTAS

Os empregados que percebam sob forma de comissões, terão como garantia de remuneração mínima o valor de **R\$1.252,90** (um mil, duzentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos), devidos a partir de 01/05/2016. O empregado comissionista cujo valor das comissões ultrapasse o valor do piso salarial ora estabelecido, fica excluído desta garantia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A média das comissões e repouso sobre as mesmas para cálculos das férias, 13º (décimo terceiro) salário, aviso prévio e verbas rescisórias deverão ser apurados com base nos 12 (doze) últimos salários variáveis percebidos, da seguinte forma: a parte variável dos salários dos comissionistas será corrigida monetariamente pela aplicação do INPC, mês a mês, acumulada no período, ou outro índice que vier a substituí-lo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica ajustado que o cálculo correspondente ao repouso semanal remunerado de que trata a Lei nº 605, de 05 de janeiro de 1949, do empregado comissionista, será feito dividindo-se o valor das comissões pelos dias úteis efetivamente trabalhados, multiplicando-se pelo número de domingos e feriados ocorridos no mês correspondente, ressalvadas as disposições contratuais mais favoráveis em Carteira de Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – GESTANTE COMISSIONISTA: fica avençado entre as partes que a remuneração da empregada comissionista, no período de licença maternidade ou, na hipótese de pagamento de indenização substitutiva, corresponderá à média das comissões dos 12 (doze) últimos meses

anteriores à licença ou período contratual, atualizada monetariamente, cujo critério de atualização deve ser o estabelecido na cláusula sexta parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO QUARTO - As empresas ficam obrigadas a fornecer aos empregados comissionistas o valor das vendas que eles realizarem sobre as quais foram calculadas as comissões.

PARÁGRAFO QUINTO - Para fins exclusivos de balanço, durante o expediente normal, as horas efetivamente trabalhadas serão remuneradas a razão dos valores devidos a título de repouso semanal remunerado trabalhado.

PARÁGRAFO SEXTO - Para cálculo da hora extra do comissionista, será considerado o valor da hora normal, calculado sobre o piso salarial dos comissionistas, dividindo-se por 220 (duzentos e vinte) horas, com adicional de 50% (cinquenta por cento), multiplicando-se pelo número de horas extras que efetivamente ficar à disposição do empregador.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Outras Gratificações

CLÁUSULA SÉTIMA - DIA DO TRABALHADOR EM SUPERMERCADOS

Em razão da celebração do Dia do Comerciante, as empresas concederão um dia de folga ou pagarão um abono, com natureza remuneratória, no valor equivalente a 1/30 (um trinta avos) do maior piso salarial ora convencionado, a ser pago com o salário a ser quitado no mês do aniversário do trabalhador, sendo que os valores vencidos correspondentes ao ano de 2016 serão pagos com a folha de salário a ser quitada em outubro/2016.

CLÁUSULA OITAVA - AUXÍLIO FUNERAL

No prazo de 05 (cinco) dias da ciência da empregadora, caso de falecimento do empregado, a empresa empregadora pagará aos dependentes dele, a título de Auxílio funeral, com natureza indenizatória, a importância correspondente ao maior piso salarial contido no presente Acordo Coletivo de Trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ficam excluídos do cumprimento da obrigação contida nesta cláusula os empregadores que possuam plano de seguro de vida com prêmio equivalente ou superior.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA NONA - ESTABILIDADE DA EMPREGADA GESTANTE

A empregada gestante terá estabilidade no emprego, desde o início da gestação até 30 (trinta) dias após o

término da estabilidade constitucional, observando em caso de rescisão do contrato, independentemente da iniciativa de qualquer das partes, o disposto no art. 500 da CLT.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA DÉCIMA - ESTABILIDADE POR DOENÇA OU ACIDENTE DE TRABALHO

O empregado que sofrer acidente de trabalho ou for acometido de doença profissional conforme definido na lei 8213/91 artigo 118 na Súmula 378 do TST, gozará de estabilidade provisória pelo prazo de 30 (trinta) dias após o término da estabilidade legal e desde que o afastamento em decorrência do acidente for superior a 15 (quinze) dias.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

Para efeito de aposentadoria, gozará de estabilidade provisória pelo prazo de 01 (um) ano, o empregado que durante a vigência do Acordo Coletivo de Trabalho completar 10 (dez) anos de serviços prestados ao mesmo empregador, e que comprove em Carteira de Trabalho um mínimo de 29 (vinte e nove) anos de serviço. A estabilidade provisória prevista nesta cláusula não prevalecerá na hipótese de dispensa por justa causa.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OUTRAS OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR

Ficam as empresas obrigadas a fornecer aos seus empregados comprovantes de pagamento detalhando as importâncias da remuneração e os respectivos descontos efetuados, bem como os depósitos de FGTS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É obrigatória a anotação em Carteira de Trabalho dos percentuais de comissões.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica vedado qualquer desconto na remuneração do empregado vendedor a título de diferença de remarcação efetuado no estabelecimento, seja no código denominado adiantamento, seja qualquer outro código.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONFERÊNCIA DE CAIXA

A conferência de caixa será feita na presença do operador responsável ao final de sua jornada de trabalho. Os operadores de caixa, cujo término da jornada coincida com o horário de fechamento do estabelecimento, e a conferência não for possível no mesmo dia, a conferência do caixa dar-se-á na primeira hora do dia

seguinte também com a presença do operador de caixa ou de outro colega de trabalho convocado para acompanhar a conferência. Não adotando a empresa os procedimentos estabelecidos acima, o operador de caixa não terá responsabilidade pelos erros verificados, bem como por eventuais diferenças apuradas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - QUEBRA DE CAIXA

Aos empregados de minimercados, mercados, supermercados e hipermercados que exerçam função de caixa ou substitutos expressamente designados pela empresa, é assegurado o pagamento, a título de indenização (sem natureza salarial) por “quebra de caixa”, de um percentual de acréscimo mensal de 8% (oito por cento) do piso salarial da categoria. O percentual ora estabelecido é devido de forma proporcional a jornada de trabalho do operador de caixa. O não cumprimento dessa obrigação implica na proibição de descontos do valor da diferença de caixa, ficando esclarecido que a restituição de eventual valor cobrado pelo empregador quando este não pagar a verba de quebra de caixa, dar-se-á em dobro ao empregado, e cumulada com a cláusula penal prevista nesse Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - TRABALHADORES TERCEIRIZADOS

O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador do empregado terceirizado, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, na forma da Súmula 331/TST.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE TRANSPORTE

Considerando-se que é lícita a negociação coletiva sobre o tema e que a concessão do benefício em dinheiro não tem o condão de alterar a natureza jurídica dele, estabelecem as partes a possibilidade de o empregador antecipar em dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento o valor equivalente ao vale-transporte, nos termos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos de Recurso Extraordinário nº 478.410, em 10 de março de 2010, tendo como Relator o Ministro Eros Grau.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ABERTURA DOS SUPERMERCADOS E CONGÊNERES

Fixa-se a jornada de trabalho dos empregados desta categoria em 44 (quarenta e quatro) horas semanais, que poderá ser desempenhada nas seguintes condições:

a) De segunda-feira a sábado, das 5h00 às 24h00.

b) Em domingos e feriados será das 7h00 às 23h00.

c) O trabalho em domingos poderá ser compensado mediante concessão de folga ao longo da semana imediatamente anterior ou seguinte, ou pago, em dobro.

d) O trabalho em feriados poderá ser compensado mediante concessão de folga no período de 90 (noventa) dias ou pago, em dobro .

e) Os profissionais que atuam em serviços de Vigilância, Limpeza e Manutenção não estão sujeitos aos limites de dias e horários previstos nas letras “a” e “b” desta cláusula.

f) Para cada empregado, o repouso semanal remunerado deverá coincidir pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho bem como as cláusulas do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

g) Não havendo disponibilidade de transporte coletivo público nos horários destinados ao deslocamento dos trabalhadores ao trabalho e no retorno para casa, obriga-se o empregador a fornecer ou custear as despesas com o transporte.

h) Não haverá expediente e nem trabalho para os empregados nos seguintes dias: 1º de Janeiro (Ano Novo), Domingo de Páscoa, 1º de Maio e 25 de Dezembro (Natal).

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORAS EXTRAS

A remuneração das horas extras será de 50% (cinquenta por cento) superior à hora normal, com divisor de 220 (duzentos e vinte) horas mensais e, o horário extraordinário não poderá exceder de duas horas por dia.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - BANCO DE HORAS

A jornada de trabalho do empregado poderá ser prorrogada e compensada, observando-se o seguinte:

a) As prorrogações da jornada de trabalho diária e semanal serão efetuadas de acordo com a legislação vigente.

b) Faculta-se às empresas a adoção do sistema de compensação de horas de trabalho em número não excedente a 10 (dez) horas diárias e 30 (trinta) horas extras mensais, mediante acordo individual escrito, entre empregado e empregador, dispensada a homologação pelo Sindicato Profissional.

c) As horas objeto da presente prorrogação serão compensadas dentro de 90 (noventa) dias após as horas laboradas.

d) As horas extras realizadas em feriados e não compensadas, serão remuneradas com adicional de 110% (cento e dez por cento) sobre o valor da hora normal.

e) Acima do limite mencionado no “item b” haverá necessidade da prévia homologação pelo Sindicato da categoria profissional.

19.1 - A utilização do Banco de Horas não impede a realização de trabalho extraordinário, nem a este prejudica, sendo mantida à eficácia do Acordo.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ABONO DE FALTAS À MÃE OU PAI

Fica estabelecido entre as partes que a mãe ou o pai terá abonada as faltas ao serviço, a razão de 06 (seis) dias por ano, para acompanhamento de enfermidade ou tratamento à saúde de seus filhos menores, desde que justificada a ausência com o atestado médico ou odontológico do(a) filho(a).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - HORÁRIO DE ESTUDANTES

Fica vedada a prorrogação da jornada de trabalho dos empregados estudantes que comprovarem a situação de regularidade escolar no período noturno, além das 18h00min (dezoito horas), respeitando a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FALTAS VESTIBULAR

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular e ENEM para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - JORNADA DE TRABALHO - MENOR

Nos termos do art. 413, inciso I, da CLT, fica autorizada a prorrogação da jornada de trabalho do menor, desde que o excesso de horas de um dia seja compensado pela diminuição do outro, de modo a ser observado o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FÉRIAS

O início do período de gozo de férias dos empregados não poderá coincidir com os domingos e feriados.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Na cessação do contrato de trabalho, por pedido de demissão, o empregado com mais de 14(quatorze) dias de serviço terá direito à remuneração de férias proporcionais na base de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - UNIFORMES

As empresas ficam obrigadas a fornecer gratuitamente os uniformes, quando seu uso for exigido, ficando o empregado obrigado a devolvê-lo por ocasião da rescisão do contrato, sob pena de ter descontado o respectivo valor na rescisão contratual.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ENTREGA DE ATESTADO

Fica estabelecido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a data de sua emissão para que o empregado entregue ao empregador o atestado médico com justificativa da sua ausência, salvo impossibilidade de locomoção do trabalhador.

PARÁGRAFO ÚNICO: O descumprimento injustificado do *caput* desta cláusula autoriza o desconto salarial relativo ao período de ausência, bem como o descanso semanal remunerado respectivo.

Relações Sindicais

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

Parágrafo primeiro - REVERSÃO SALARIAL- CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS.

Por expressa e soberana deliberação da assembleia geral extraordinária da categoria profissional dos empregados no comércio varejista de gêneros alimentícios em mercados, minimercados, supermercados e hipermercados de Londrina, Araçongas, Cambé, Iporã, Rolândia e Sertãoópolis, realizada na sede do sindicato no dia 13 de abril de 2016, conforme publicação feita no jornal, FOLHA DE LONDRINA, edição do dia 08 de abril de 2016, onde foram convocados todos os integrantes da categoria, associados ou não, onde soberanamente deliberaram autorizando o desconto da taxa de reversão-contribuição assistencial em favor do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO VAREJISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM MERCADOS, MINIMERCADOS, SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS, de Londrina, Araçongas, Cambé, Iporã, Rolândia e Sertãoópolis, . Frise-se que o desconto previsto se fará pelo estrito e fiel interesse dos trabalhadores da categoria profissional, e, que terá como destino a o financiamento das atividades sindicais, principalmente as atividades voltadas para a assistência aos integrantes da categoria, e viabilização das negociações dos acordos e das convenções coletivas de trabalho.

a) As empresas descontarão do salário dos seus empregados abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho, a título de Reversão salarial- Taxa de Contribuição Assistencial, conforme definido pela Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato Profissional, 5% (cinco por cento) incidente sobre os salários do mês de outubro.

b) O percentual fixado abrange toda a remuneração do trabalhador, tais como salário fixo, comissões, descanso semanal remunerado e horas extras.

c) O desconto ora estabelecido deverá ser repassado pelas empresas ao Sindicato Profissional até o dia 10 de novembro de 2016, através de depósito bancário efetuado na conta do Sindicato Profissional, o qual fornecerá as competentes guias para o devido recolhimento. Em caso de não ser feito o devido recolhimento na data aprazada, o empregador arcará com a incidência da multa de estabelecida no artigo 600 da CLT, e da cláusula penal, exceto se houver oposição do trabalhador, conforme previsto neste Acordo Coletivo de Trabalho.

c) será efetuado o desconto dos novos empregados admitidos na empresa, após a data base - 1º de maio de 2016, com prazo de recolhimento de 30(trinta) dias, salvo se tenha recolhido no emprego anterior.

d) Fica assegurado a todos os trabalhadores, associados ou não o seu livre direito de se opor ao desconto da Contribuição Assistencial, cuja manifestação deverá ser feita pessoalmente, individualmente por escrito e de próprio punho, de forma individualizada e identificada nos 10 (dez) primeiros dias do mês do referido desconto de acordo com o Edital de Notificação publicado em jornal de grande circulação da base do Sindicato obreiro, salvo se o empregado for analfabeto.

e) O Sindicato obreiro com o intuito de garantir a ampla publicidade e a liberdade do direito do empregado, comunicará a categoria por meio de panfletos e boletins e site do sindicato.

e) O exercício do direito de oposição poderá ser feito junto à secretaria do Sindicato Profissional situada na Rua Mato Grosso nº 47, em Londrina-Pr, nos horários das 08h30 à 11h30 e das 13h30 às 16h30.

f) O sindicato poderá não aceitar oposições coletivas, e as encaminhadas via AR;

g) É taxativamente vedado ao empregador ou seus prepostos assim considerados os gerentes e os integrantes dos departamentos financeiros/de RH/Pessoal/Gestão de recursos humanos a adoção de quaisquer procedimentos visando induzir ou coagir, os empregados em proceder a oposição aos descontos, com o intuito de enfraquecer o sindicato obreiro, sendo também lhes vedado fornecer modelos para serem copiados, fornecimento de transporte etc; Atitude desta natureza é considerado atentado a liberdade sindical e crime contra a organização sindical.

h) Se constatado que as oposições feitas pelos trabalhadores por coação dos empregadores ao desconto da Contribuição Assistencial, esta poderá ser objeto de Ação Judicial Penal.

I) Os acordantes se obrigam a dar conhecimento desta cláusula aos empregados, PARA GARANTIR A AMPLA PUBLICIDADE PARA QUE O TRABALHADOR, SE QUERENDO POSSA MANIFESTAR SE COM LIBERDADE O SEU DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO.

Disposições Gerais

Regras para a Negociação

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - POLÍTICA SALARIAL

Fica ajustado entre as partes que a cada modificação da política salarial em relação ao salário mínimo vigente, as partes voltam a negociar imediatamente.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - PENALIDADES

Pelo descumprimento de qualquer obrigação, objeto das cláusulas e obrigações acordadas, o empregador fica obrigado a pagar ao empregado prejudicado, cumulativamente, por cláusula não cumprida, uma multa igual a 20% (vinte por cento) do maior piso salarial da categoria.

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - PRORROGAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Fica o presente acordo coletivo de trabalho prorrogada até o dia 30 de junho 2017, caso não haja o registro do novo instrumento até a data inicialmente prevista para termino de sua vigencia.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ELEIÇÃO FORO

As partes signatárias do presente Acordo Coletivo de Trabalho, elegem o FORO da Justiça do Trabalho de Londrina/Pr, para dirimir controvérsias e ou eventuais dúvidas ou divergências na aplicação do presente instrumento coletivo.

JOEL APARECIDO CAETANO

Presidente

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO VAREJISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS
EM MERCADOS, MINIMERCADOS, SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS DE LONDRINA**

RAFAEL AUGUSTO CUBA

Procurador

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

RAFAEL AUGUSTO CUBA

Procurador

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

RAFAEL AUGUSTO CUBA

Procurador

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

RAFAEL AUGUSTO CUBA

Procurador

BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

RAFAEL AUGUSTO CUBA
Procurador
BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

RAFAEL AUGUSTO CUBA
Procurador
BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

RAFAEL AUGUSTO CUBA
Procurador
BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

RAFAEL AUGUSTO CUBA
Procurador
BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

RAFAEL AUGUSTO CUBA
Procurador
BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

RAFAEL AUGUSTO CUBA
Procurador
BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

RAFAEL AUGUSTO CUBA
Procurador
BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

RAFAEL AUGUSTO CUBA
Procurador
BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

RAFAEL AUGUSTO CUBA
Procurador
BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

RAFAEL AUGUSTO CUBA
Procurador
BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

RAFAEL AUGUSTO CUBA
Procurador
BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

RAFAEL AUGUSTO CUBA
Procurador
PARIS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

ANEXOS
ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.